

1. Atentados

22 de novembro – O radialista João Carlos Alckmin, da Rádio Piratininga, em São José dos Campos (SP), sofreu no dia 22 de novembro atentado, com disparos de dois tiros, um no pescoço e outro na barriga. Ele vinha noticiando há cinco anos a exploração de máquinas de caça-níqueis na cidade. O radialista sobreviveu ao atentado. Uma testemunha forneceu à polícia uma descrição do criminoso, que ainda não foi encontrado. No dia 5 de julho do mesmo ano, o advogado Rodrigo Duenhas foi atingido no pescoço por um tiro, ao ser confundido com o radialista.

2. Agressões

3 de maio – Integrantes de uma equipe de reportagem da TV Record foram detidos por policiais, em Belém do Pará, no dia 25 de abril, durante cobertura jornalística, em fato que configura evidente abuso de autoridade. Por isso, a Abert manifestou-se em “repúdio à ação truculenta e despropositada que resultou na detenção” dos profissionais da emissora.

26 de outubro - O empresário Nenê Constantino, dono da empresa aérea Gol, tentou derrubar o equipamento do fotógrafo Alan Marques, da **Folha de S.Paulo**, no dia 26 de outubro, em Brasília. Constantino ameaçou jogar uma pedra no fotógrafo e empurrou jornalistas ao chegar à delegacia da Divisão de Repressão ao Crime Organizado, da Polícia Civil do Distrito Federal, para depor em inquérito sobre fraudes no Banco de Brasília.



24 de novembro - Os jornalistas Fábio Manzini, do **Jornal de Jundiaí**, Eduardo Pereira, do **Bom Dia Jundiaí**, e Robson Moura, do jornal **Sou Mais Jundiaí**, sofreram violência por parte de torcedores durante o jogo de futebol do Paulista contra o Ipatinga pelo Campeonato Brasileiro da série B, no Estádio Jayme Cintra. Os profissionais foram intimidados e agredidos fisicamente por integrantes da torcida organizada do Paulista. Os agressores acusaram os jornalistas de fazer matérias que levaram o time ao rebaixamento. Os jornalistas registraram a ocorrência na polícia.

3. Ameaças

15 de dezembro – Neste dia, a **Folha de S.Paulo** publicou matéria da repórter Elvira Lobato sobre o crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus. A partir dessa reportagem e de outras também a respeito da Igreja Universal, veiculadas pelos jornais **A Tarde**, de Salvador (BA), e o **Extra**, do Rio de Janeiro, fiéis e líderes da igreja iniciaram uma ofensiva de ações por danos morais em diversos pontos do país, com o claro objetivo de intimidar e constranger esses jornais, obrigando-os a comparecer perante a Justiça em dezenas de cidades diferentes. Até agosto de 2008, foram mais de cem ações judiciais em todo o país. Grande parte delas tem sido desqualificada pelos juízes, que entendem estar havendo “litigância de má-fé”, ou seja, as ações pretendem usar o Poder Judiciário contra a liberdade de imprensa.

4. Censura



3 de maio – Em flagrante desrespeito aos princípios constitucionais de diversidade e pluralidade, o presidente da Venezuela Hugo Chávez decidiu não renovar a concessão da Rádio Caracas Televisión (RCTV) a partir do dia 27 de maio. Entidade filiada à Asociación Internacional de Radiodifusión (AIR), a Abert, que representa mais de 3 mil emissoras de rádio e televisão no Brasil, condenou a decisão do governo venezuelano. Em nota, considerou o ato do presidente um “atentado à liberdade de expressão”, que “agride o direito à informação da sociedade venezuelana.” A associação solicitou que o presidente daquele país reconsiderasse sua decisão.

6 de novembro - O jornalista Juca Kfourri foi condenado pelo juiz da 13ª Vara Cível do Fórum João Mendes, em São Paulo (SP), a pagar R\$ 50 mil por referência que fizer ao deputado estadual Fernando Capez que possa ser considerada ofensiva. O deputado entrou com o pedido na Justiça baseado em declarações do jornalista à revista **Carta Capital** e matéria em seu blog sobre o desempenho dos alunos de Capez no exame da OAB. A decisão consiste em ato de censura prévia. Kfourri recorreu da decisão e a liminar foi suspensa.

12 de novembro - A juíza Maria Valéria Lins Calheiros, da 5ª Vara Cível de Maceió (AL), concedeu ao deputado federal Olavo Calheiros liminar que proíbe o jornal **Novo Extra**, daquela cidade, de citá-lo, direta ou indiretamente, em suas reportagens. “Defiro, em parte, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para vedar a publicação no jornal **Novo Extra** de qualquer matéria que atinja direta ou indiretamente a pessoa do autor”, disse a juíza na sentença.

5 de dezembro – O site **Videversus**, de Porto Alegre (RS), foi proibido de divulgar notícias referentes a denúncias contra o deputado estadual Alceu Moreira. O político requereu, e o juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara determinou que a Companhia de Processamento de Dados do Estado

Relatório Liberdade de Imprensa no Brasil 2007



(Procergs) tirasse o site do ar até que as notícias referentes ao deputado fossem excluídas. O juiz ainda proibiu o editor do site, Vitor Vieira, de conceder qualquer entrevista sobre a questão, sob pena de multa diária de dez salários mínimos.

22 de dezembro - O juiz substituto Adriano da Rosa Bastos, da 1ª Vara Criminal de Campo Grande (MS), encaminhou ofício a doze veículos de comunicação do estado proibindo a divulgação de “qualquer informação” relativa à ação penal contra acusado de estupro, sob a alegação de que o processo está sob segredo de Justiça. Já há jurisprudência no sentido de que o segredo de Justiça diz respeito apenas às partes de um processo e aos agentes públicos nele envolvidos.